

Nota Explicativa

Código: 1

A - DO CONTEXTO OPERACIONAL

De acordo com seu Regimento Interno, o Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região foi criado pela Resolução Nº 2, de 09 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de janeiro de 2013, é uma autarquia federal uniprofissional dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos psicólogos e pelo aperfeiçoamento da prática profissional.

O Conselho está localizado na Q ARNE 14, ALAMEDA 9, QI G1, Nº 02, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS - TO, CEP.: 77006-136.

Código: 2

B - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações do ativo imobilizado/intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Código: 3

C - POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, crescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor correspondentes a emissão de boletos (relatório fornecido pelo setor financeiro do Conselho) a serem liquidados durante o exercício dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CRP-23. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, após a realização de ajustes do saldo contábil com o saldo do banco de dados do Conselho, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CRP-23 segue integralmente o Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros, Resolução nº 020/2018 expedida pelo CFP-BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos (vida útil)	Valor Residual
Móveis e utensílios	10	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamento de proc. de dados	05	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5 Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante, sempre observado o custo benefício para o Conselho.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os

elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Salienta-se que o CRP-23 realiza todas as suas obrigações dentro do prazo de vencimento ou até mesmo antecipadamente. Não é costumeiro deixar qualquer despesa a ser realizada no exercício seguinte. Inexistindo inclusive Restos a Pagar, Processados e não Processados.

3.7 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

O passivo judicial representa o somatório dos valores decorrentes de questões judicializadas, que serão objeto de apreciação pelo judiciário, podendo ou não

gerar desembolso pela Entidade. Dessa forma, é imperioso haver informação em relação as perspectivas do CRP-23 em relação aos riscos de desembolsos futuros por contas das demandas judiciais para que haja um planejamento adequado frente a esses eventos.

Em relação a estes processos em andamento na Justiça Federal -TRF1 em sua maioria se referem a execuções impetradas pelo CRP-23, todas fundamentadas em título executivo, razão pela qual não há previsão de passivo.

3.8 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.9 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.10 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.11 Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.12 Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

D - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**4.1 Considerações gerais e políticas**

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

I) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

II) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais psicólogos, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades

operacionais.

Código: 5

E - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Descrição	2020	2019
Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco conta movimento	(R\$ 250,00)	R\$ 9.142,97
Aplicação financeira	R\$ 143.599,30	R\$ 145.405,53
Total	R\$ 143.349,30	R\$ 154.548,50

Código: 6

F - CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Descrição	2020	2019
Créditos de anuidade do exercício	R\$ 414.209,04	R\$ 425.859,25
Créditos de anuidade de exercícios anteriores	R\$ 560.939,33	R\$ 315.328,10
Total	R\$ 975.148,37	R\$ 741.187,35

Código: 7

G - IMOBILIZADO / INTANGÍVEL

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

No que tange os saldos das contas do Imobilizado/Intangíveis, estão de acordo com o sistema patrimonial e o inventário físico.

7.1 Imobilizado

Descrição	2020	2019
Móveis e utensílios	R\$ 21.980,92	R\$ 21.980,92
Máquinas e equipamentos	R\$ 33.947,11	R\$ 33.947,11
Utensílios de copa e cozinha	R\$ 1.640,82	R\$ 1.640,82

Equipamentos de proc. de dados	R\$ 22.679,40	R\$ 16.474,70
Total	R\$ 80.248,25	R\$ 74.043,55

7.2 Intangível

Descrição	2020	2019
Programas de informática (Software)	R\$ 462,00	R\$ 462,00
Total	R\$ 462,00	R\$ 462,00

Código: 8

H - OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

Descrição	2020	2019
Salários e encargos sociais	R\$ 1.493,07	R\$ 2.693,06
Provisão de férias e encargos sociais	R\$ 44.556,44	R\$ 29.462,82
Demais obrigações a curto prazo	R\$ 1.701,76	R\$ 29,58
Total	R\$ 47.751,27	R\$ 32.185,46

Código: 9

I - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	2020	2019
Superávit ou déficit do exercício	R\$ 190.926,16	R\$ 461.189,62
Superávit ou déficit acumulado de exercícios anteriores	R\$ 1.012.933,90	R\$ 765.588,80
Ajustes de exercícios anteriores	(R\$ 12.915,14)	R\$ 213.844,52
Patrimônio Líquido	R\$ 1.190.944,92	R\$ 1.012.933,90

No exercício 2020, houve ajustes dos saldos das contas de anuidades do exercício e do exercícios anteriores, adequando assim, o saldo em conformidade com os relatórios fornecidos pelo setor financeiro do CRP-23.

Código: 10

J - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL E FINANCEIRO

Descrição	2020	2019
VPA (Receita)	R\$ 1.040.408,37	R\$ 1.383.810,91
(-) VPD (Despesa)	(R\$ 849.482,21)	(R\$ 922.621,29)

(=) Superávit Patrimonial Apurado	R\$ 190.926,16	R\$ 461.189,62
--	-----------------------	-----------------------

Resultado Orçamentário	2020	2019
Receita Orçamentária Arrecadada	R\$ 823.708,01	R\$ 999.617,15
(-) Despesas Liquidadas	(R\$ 832.306,59)	(R\$ 934.447,34)
(=) Déficit/Superávit Orçamentário Apurado	(R\$ 8.598,58)	R\$ 64.932,85

Resultado Financeiro	2020	2019
Ativo Financeiro	R\$ 143.349,30	R\$ 154.548,50
(-) Passivo Financeiro	(R\$ 48.345,40)	(R\$ 32.303,94)
(=) Superávit Financeiro Apurado	R\$ 95.003,90	R\$ 122.244,56